



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8496 - Trabalho Completo - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

APRENDIZAGEM SOCIAL E ESPAÇOS EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS

Marta Genú Soares - UEPA - Universidade do Estado do Pará

Rayanne Mesquita Estumano - UEPA - Universidade do Estado do Pará

## **APRENDIZAGEM SOCIAL E ESPAÇOS EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS**

### **RESUMO**

O atendimento educacional especializado tem sido ocupação de educadores diante da legislação e na sociedade contemporânea quando o tema é inclusão e igualdade na diversidade. Para objetivar o estudo, trata a política vigente e considera as metodologias praticadas nas escolas públicas, locus de apreciação investigativa. Propõe os estudos do ensino individualizado a partir de autores que abordam a aprendizagem social e o direito à cidadania como Paulo Freire e Vigotsky. O estudo do tipo bibliográfico, adota documentos oficiais de Redes Públicas de Ensino para mapear o quantitativo de alunos matriculados como pessoa com deficiência o que demanda atenção metodológica nas salas regulares de ensino e nas salas de recursos multifuncionais, espaços oferecidos nas escolas públicas estudadas. Propõe o Plano de Ensino Individualizado ou sua configuração pedagógica como superação estratégica para qualificar o ensino nesses espaços educativos.

Palavras-Chave: Educação Especial; Metodologia do Ensino; Ensino Individualizado.

## **SOCIAL LEARNING AND SPECIALIZED EDUCATIONAL SPACES**

## **ABSTRACT**

Specialized educational assistance has been an occupation of educators in the face of legislation and in contemporary society when the theme is inclusion and equality in diversity. To objectify the study, it deals with the current policy, and it considers the methodologies applied in public schools, locus of investigative appreciation. It proposes the studies of individualized teaching from authors who approach social learning and the right to citizenship such as Paulo Freire and Vigotsky. This bibliographical study adopts official documents from the Public Education System to map the number of students enrolled as disabled, which requires methodological attention in regular teaching rooms and multinational resource rooms, spaces offered in the studied public schools. It proposes the Individualized Education Plan or its pedagogical configuration to improve teaching in these educational spaces.

Keywords: Special education; Teaching Methodology; Individualized Teaching.

## **Introdução**

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, o qual dispõe sobre a Educação Especial, e especificamente sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Sala de Recurso Multifuncional (SRM).

As atividades desenvolvidas na SRM são diferenciadas das que ocorrem na sala de ensino regular (SR), porém não tem a função de substituir a escolarização e o processo de ensino-aprendizagem que ocorre na sala do AEE, pois os exercícios que ocorrem na SRM tem a finalidade de complementar ou suplementar a formação do aluno com deficiência, por meio da Resolução CNE/ CEB nº 4/ 2009, visando estimular a sua autonomia e independência em todos os espaços que estiverem envolvidos. Desta maneira, a SRM e, devem estar articuladas, dialogando entre si para que os estímulos estejam em conjunto com o desenvolvimento do ensino-aprendizagem do aluno.

A leitura de teóricos e defensores do direito a educação e vida social fornece o aporte teórico para compreender questões afeitas a educação e a educação especial. Entender em Paulo Freire a importância de ler o mundo, anunciada por toda a sua obra, ou em Vigotsky de que é a experiência social que significa toda a aprendizagem, leva a compreender o processo ensino-aprendizagem e como organizá-lo respeitando as individualidades dos sujeitos.

A metodologia utilizada para essa investigação foi uma pesquisa bibliográfica ( GIL, 2002, p. 44) e documental (GIL, 2002, p. 45) onde se analisou os dados quantitativos dos alunos com deficiência matriculados na SEDUC-PA (Secretaria do Estado de Governo do Pará) e SEMEC-Belém (Secretaria Municipal de Educação no Município de Belém) no ano de 2019 e, qualitativamente, a representatividade desses números para manter-se uma escola inclusiva a partir da utilização do PEI.

## **Orientação para prática pedagógica multifuncional em salas especiais**

Nas Diretrizes Nacionais da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/ CEB nº 4/2010 consta no § 1º que “os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação nas classes comuns do ensino regular e no AEE”. Logo, os alunos com deficiência devem ser

matriculados na SR, em alguma etapa, nível ou modalidade da Educação Básica ao Ensino Superior, e o AEE, deve ser ofertado no turno contrário ao ensino regular.

Vale ressaltar que o público-alvo do AEE, conforme o Manual de Orientação do MEC (2010) podem ser os alunos com deficiência de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; alunos com transtornos globais do desenvolvimento, que apresentam mudanças no desenvolvimento neuropsicomotor, na comunicação ou estereotípias motoras e alunos com altas habilidades ou superdotação, alunos que apresentam um potencial elevado, intelectualmente, academicamente, nas áreas de liderança, psicomotricidade, artes ou criatividade.

Outro aspecto relevante é compreender quais profissionais podem trabalhar no AEE, conforme a Resolução CNE/ CEB nº 4/ 2009, art. 12, “o professor deve ter formação inicial que habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial”. E no artigo 13 desta mesma resolução constam as atribuições do professor do AEE que deve “identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias articulados com o restante da escola e família além de elaborar e executar o plano de AEE” (BRASIL, 2009).

Logo, o papel do professor da SRM também é importante para o desenvolvimento social, cultural e educacional do aluno com deficiência a partir do trabalho que é elaborado para atender os seus limites e possibilidades de aprendizagem. Nesta resolução nº 4 das Diretrizes Operacionais do AEE na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009), o trabalho individualizado que ocorre na SRM utiliza o PEI, como estratégia teórico-metodológica para analisar e avaliar as capacidades, interesses a serem desenvolvidos nos alunos, assim como suas necessidades, prioridades, metas, prazos para realizar determinada atividade, os recursos os quais devem ser utilizados para chegar no objetivo e quais profissionais podem ajudar na aplicação da proposta sugerida.

O trabalho individualizado é uma das propostas do PEI, que deve ser elaborada de maneira coletiva por todos os profissionais envolvidos na aprendizagem dos alunos. Porém, por serem muitos profissionais articulados; o corpo técnico da escola, a parte administrativa, os professores de todas as disciplinas, às vezes não é possível que todos consigam estar envolvidos no processo de elaboração. Portanto, o ideal seria pelo menos os professores da SR com os especialistas que trabalham na SRM atuarem conjuntamente para compor os componentes básicos do PEI.

Para Pletsch e Glat o PEI é “uma estratégia para contemplar a diversidade do alunado presente, hoje, em nossas escolas” (2012, p. 18). Desta maneira, leva em consideração as especificidades de cada aluno e não o padrão de homogeneidade da escola tradicional, que às vezes não compreende a diversidade. Portanto, com a implementação do PEI, passa ocorrer a ressignificação no âmbito escolar, modificando a visão do aluno com deficiência para o aluno com possibilidades de aprender e se desenvolver plenamente a partir da sua singularidade.

Glat, Vianna e Redig (2012), explicam que o PEI, periodicamente avaliado e revisado, deve considerar o aluno em seu nível atual de habilidades, de conhecimentos e desenvolvimento, a idade cronológica e as atitudes comportamentais por meio das expressões nas dimensões psicocognitivas e afetivo-emocionais, assim como, o nível de escolarização já alcançado, para elaborar o planejamento com os objetivos educacionais desejados a curto, médio e longo prazo.

Sendo assim, o PEI é uma alternativa para colocar os assuntos de uma maneira mais direcionada para o aluno com deficiência, sem negar ou silenciar os objetivos gerais

propostos pelo currículo escolar para a turma a qual ele está inserido, ou seja, podem ocorrer adaptações a partir das práticas curriculares que surgirem na sala de aula.

E para isto ser analisado, Correia (1999) classifica em níveis de planejamento do PEI, sendo de três níveis; o nível I– Identificação das necessidades educativas dos alunos; nível II- Avaliação das áreas fortes e fracas do aluno, aqui ocorre às adaptações citadas anteriormente e o nível III- Intervenção a partir dos objetivos propostos no PEI e a reavaliação do aluno.

Essa classificação acima soma-se a de Miguez quando, essa autora se refere as deficiências em estudo realizado no Uruguai, o que Miguez denomina incapacidade, ou *la discapacidad*, traduzimos com as deficiências que têm vasta lista de concepções, mas, que sempre tratam das incapacidades de ordem intelectual, motora, social, incluindo-se a dimensão sensorial e mental.

Quanto a prática curricular pode-se perceber uma relação com o que Fernandes (2016) apresenta como o “ser e o saber-fazer” em que o docente, atento a organização da sala, atitude dos alunos e desenvolvimento das atividades, resolve conflitos e reconhece dificuldades pontuais no seu dia a dia. A autora também discute os dois ambientes da escola: a SRM e a SR, bem como o trabalho desenvolvido nos dois espaços, que deve ser feito em colaboração, logo em equipe.

Já ao introduzir seu argumento, Fernandes aponta que “o ser e o saber fazer docente assumem conflitos e apresentam dificuldades pontuais em seu dia a dia, embora possuam uma base formadora una, a graduação” (2016, p. 33).

E anuncia Paulo Freire ao comentar que ninguém nasce feito porque vamos nos fazendo aos poucos, o que é uma analogia com o fazer docente. Essa recomendação a todos os docentes independe de componente escolar. Os professores da escola, atentos a qualificar sua prática pedagógica, planejam as disciplinas em favor de todos os alunos.

Considerando as teses de Vigotsky, vale ressaltar que “o pensamento abstrato da criança se desenvolve em todas as aulas, e esse desenvolvimento de forma alguma se decompõe em cursos isolados de acordo com as disciplinas que se decompõe o ensino escolar” (VIGOTSKI, 2000, p. 325).

Nesse sentido, é preciso admitir que todos os componentes curriculares, pela sua natureza e finalidade educativa, podem e devem receber o mesmo trato didático-metodológico, independentemente de seus objetos de conhecimento. Assim, o professor de Educação Física ou de Esporte Adaptado, ou ainda de Português ou Matemática, no percurso de sua formação continuada e com as experiências acumuladas, constrói o saber-fazer docente anunciado por Fernandes (2016), e pautado numa práxis pedagógica em processo permanente de transformação.

Logo, podemos perceber que durante as aulas é importante o desenvolvimento de todas as dimensões humanas como o físico, o psicológico, o social e o cultural, onde o professor, ao dialogar com seus alunos e compreendendo que ele faz parte do processo de aprendizagem, evita ter uma educação bancária, como denunciou Freire (2000), abrindo espaço para debates para que as aulas não sejam apenas técnica pela técnica, pois, ao saber do dia a dia também é uma forma de aprendizagem e bastante relevante.

Toda essa proposição para as salas SRM e SR, necessita de uma concepção de aprendizagem que justifique a ação significativa e admita o aluno como sujeito social e situado historicamente, nesse sentido, se recorre a Vigotsky e a concepção de aprendizagem social que se articula aos princípios educativos de Paulo Freire e dos autores eleitos no estudo

para assertar que Vigotsky construiu o conceito de aprendizagem social a partir de sua compreensão sobre o que ele denominou de zona de desenvolvimento proximal, lugar onde a criança centra os saberes de experiências vividas com o conhecimento conceitual, conferindo importância na articulação desses dois elementos.

Vigotsky afirma o processo de aprendizagem, de ordem complexa, que promove a importância de o sujeito transformar o contexto e transformar-se, admitindo ser uma capacidade humana, em qualquer condição de ser sujeito social.

Ao considerar as políticas educacionais e as orientações curriculares, o professor deve conceber que o saber do aluno é o desencadeador do processo ensino-aprendizagem, que toma como atividade as experiências trazidas para a escola e as sistematiza junto com o conhecimento historicamente escolarizado, o quê, de forma significativa permite planejar as aulas qualitativamente e alcançar os objetivos mais facilmente.

### **Dados para reflexões e soluções**

Ao quantificar o número de alunos com deficiências matriculados na SEDUC e SEMEC no Município de Belém no ano de 2019, o resultado encontrado deu-se pela análise de documentos da SEDUC feito pelo órgão responsável internamente, a Coordenadoria de Educação Especial (COOES); e os dados da SEMEC organizados pelo Centro de Referência em Inclusão Educacional (CRIE) para compreender a importância do diálogo entre as duas salas: a SR e a SRM.

Conforme a análise feita na COOES/SEDUC, em 26 de agosto de 2019 existem 6.098 alunos matriculados na SR e na SRM nas escolas públicas estaduais. No mesmo período, no CRIE/SEMEC foi contabilizado 1.800 alunos com deficiência nas Escolas Municipais em Belém do Pará.

Se forem considerados os números, em larga escala, de estudantes das escolas públicas, quer seja na SEDUC ou SEMEC, quer seja em qualquer outro sistema de ensino, e até mesmo na rede privada de ensino, os números de matriculados com deficiência podem ser mínimos, no entanto, qualquer que sejam esses números, é a preocupação a atenção aos sujeitos sociais que eles representam.

Miguez (2006) em estudo sobre a educação em Montevideo, analisou as experiências na educação daquela cidade, com a aprendizagem social das deficiências em escolares. A autora recupera a história da racionalidade moderna e informa que é neste período da ciência que surgem os debates sobre inclusão e exclusão social e educacional. As experiências montevidéas não diferem das brasileiras ou mesmo das regionais, porque o fenômeno é o mesmo e merece atenção de educadores e gestores.

A partir desse mapeamento percebe-se a importância do trabalho do profissional da área da Educação Especial nas SRM e os professores na SR, além disso, a questão das responsabilidades governamentais com o trato das capacitações para os professores, os materiais que auxiliam nas tecnologias assistivas para o desempenho de atividades que ajudam a suplementar e complementar as atividades desenvolvidas na SR.

Esses números encontrados nas duas redes de ensino são expressivos, e tende a aumentar, pois, as redes sociais e as ONGs não governamentais estão realizando trabalhos de divulgação que dialogam com as questões de políticas públicas de acessibilidade. Desta forma, o número de alunos com deficiência pode ir além dos dados apresentados nesse estudo, e, com a homologação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) é favorecida, ainda mais, a acessibilidade desses sujeitos com deficiência para exercer

os direitos cidadãos.

Com esses dados e a política de acessibilidade, a gestão pública precisa se organizar para maiores investimentos, seja de estrutura física ou com as capacitações, pois, as deficiências são inúmeras, seja motora, cognitiva, intelectual e visual, ou ainda as de disfunções por vezes não identificadas ou diagnosticadas.

### **Considerações**

Diante dessa pesquisa realizada tem-se uma visão mais ampliada sobre os principais atores do processo de construção didático-pedagógico, e o quão, ao longo de décadas vem sendo estabelecidas e orientadas através de leis e decretos específicos que possam proporcionar um entendimento sobre como construir uma escola inclusiva, e que o papel do gestor escolar, do professor da SR e da SRM é de grande relevância para o sucesso educacional do sujeito com deficiência, mas para isso, deve-se favorecer um ambiente de diálogo dos conhecimentos para a efetivação de uma escola de qualidade para todos.

Pelo indicativo teórico, levantado nesse estudo, acrescido do conhecimento ampliado de formas e configurações para atender a pessoa com deficiência, o uso do PEI, ou a escolha do tipo da sala, é condição a ser avaliada pelo professor, pelo conjunto de professores da escola em acordo com a gestão, porque o fator decisivo para a qualificação do ensino está na apropriação do conhecimento, nas condições do trabalho do professor e na estrutura da escola.

Para que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconheça e valorize as diferenças, quando busca mudanças não somente no espaço físico, mas na postura, nas atitudes e nas mentalidades de educadores, gestores e da comunidade escolar em geral, aprendendo a lidar com o heterogêneo e conviver naturalmente com as diferenças.

Garantir a educação para a pessoa com deficiência é o compromisso a ser assumido por todas as instâncias sociais. É o compromisso do professor que, ao saber fazer sua prática docente, tem em conta os fatores constituintes de uma educação que avança para a formação do sujeito histórico e que, considera a soma dos esforços políticos educacionais, dos familiares e dos próprios sujeitos, protagonistas de uma ação que é coletiva e situada, desenvolvida com corresponsabilidade entre ele, pessoa com deficiência, o professor e todas as pessoas envolvidas com a finalidade de promover a aprendizagem social.

### **Referências**

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: Presidência da República: Casa Civil, 2009.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. MEC, Brasília: Presidência da República: Casa Civil, 2010.

BRASIL. **Manual de Orientação**: Programa de Implementação de Sala de Recursos Multifuncionais, MEC, Brasília: Presidência da República: Casa Civil, 2010.

BRASIL. **Lei 13.146/2015**. Instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, Secretária-geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015.

FERNANDES, Ana Paula. O ser e o saber-fazer docente nas escolas das ilhas de Belém/ PA. **Educação e Formação**, v.1, p. 32, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2º ed. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2012.

GLAT, Rosana; VIANNA, Márcia Marin; REDIG, Annie Gomes. Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Revista Universidade Rural**. Série Ciências Humanas, 2012, v.34.

MIGUEZ, María Noel. Construcción social de la discapacidad: la experiencia montevideana. **Portularia**, vol. Vi, no 2-2006, [123-137], Universidad de Huelva.

VIGOTSKY, Lev S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VIGOTSKY, Lev S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988.

VIGOTSKY, Lev S. **Obras escogidas**. Tomo I. Madrid: Visor, 1997.